ATA N.º 11/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

14/05/2025

"Nos termos do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

Ao décimo quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, pelas nove
horas e quinze minutos, no salão nobre do edifício da Câmara Municipal de Mira,
reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Vice-Presidente da Câmara, Dr.
Tiago Daniel Castro da Cruz, tendo participado os Vereadores Senhores, Drª.
Madalena Isabel Colaço dos Santos, Prof. João Pedro Caetano Cainé, Sr. Bruno
José Milheirão Alcaide e Sr. Vereador Licinio Palhavã
Estiveram igualmente presentes, a Chefe da Divisão de Educação, Cultura
e Desporto, Dr ^a . Brigitte Capelôa, o Chefe da Unidade de Contabilidade,
Património e Aprovisionamento, Dr. João Rocha, a Chefe de Divisão
Administrativa e Financeira, Dra. Carmen Santos, a Chefe da Unidade de
Desporto e Juventude, Dra. Oriana Pascoa Dias, a Chefe da Unidade de Gestão
Urbanistica, Dr.ª Ana Mesquita, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Eng.
Ricardo Nunes, bem como a Técnica Superior, Ana Teresa Oliveira Vieira, na
qualidade de secretária
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:
Nos termos da alínea c) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12
de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou justificar a falta da
Sra. Vereadora Dra Adriana Milene Ascenção Sousa e do Presidente da
Câmara, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco
FINANÇAS MUNICIPAIS:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 88, de 13/05/2025, com um
saldo orçamental de 673.230,38€ (seiscentos e setenta e três mil, duzentos e
trinta euros e trinta e oito centimos)
APROVAÇÃO DE ATA:

Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 16 de abril de
2025, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido
disponibilizado na plataforma "ARQUIVO", em 9 de maio de 2025, tendo a
mesma sido aprovada por unanimidade
Foi, igualmente, posta à aprovação a ata da reunião extraordinária realizada
a 07 de maio de 2025, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do
respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma "ARQUIVO", em 09 de maio
de 2025, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
Neste espaço da reunião, não se verificaram intervenções
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRADIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
MAPA DE PESSOAL 2025 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO MAPA PESSOAL PARA O ANO 2025.
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos
Senhores Vereadores Dr. Licínio Palhavã e Prof. Pedro Cainé e três votos a
favor, do Sr. Vice-Presidente da Câmara Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz e
Vereadores Dr ^a . Madalena Santos e Sr. Bruno Alcaide, aprovar a proposta nº.
186/2025, do Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo do previsto no artigo 29 º da
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada no anexo à Lei n.º
35/2014, de 20 de junho, na atual redação e de acordo com o previsto na alínea
ccc) do n.º 1 do artigo 33º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na
atual redação, contendo a primeira alteração ao mapa de pessoal da autarquia
para o corrente ano, que visa aumentar dois postos de trabalho em regime de
contrato de trabalho por tempo indeterminado de Técnico Superior, sendo um de
Técnico Superior, na área de Línguas e Literaturas Modernas, na Unidade de
Turismo e Eventos e um de Técnico superior, na área de Psicologia, na DECD -

Secção de Educação, Ensino e Ação social e ainda adequar os postos de
trabalho com as funções/áreas de atividade de assistente operacional que
reúnem os requisitos de penosidade e insalubridade
Mais, foi deliberado submeter o assunto à apreciação e votação da
Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do artigo 25º do anexo I à Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro, na atual redação
A mencionada proposta é do seguinte teor:
"A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º
35/2014, de 20 de junho (LTFP), estabelece, no seu artigo 29.º, que os órgãos e
serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, o qual deve conter
a indicação do número de postos de trabalho necessários para o
desenvolvimento das atividades a que se propõem, caracterizados em função,
designadamente, da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante
se destina a cumprir ou a executar
Em reunião de Câmara de 29 de novembro de 2024 e em sessão da
Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2024 foi deliberado autorizar o
preenchimento dos postos de trabalho, que viessem a ficar vagos durante o ano
de 2025, foi ainda autorizada a conformação/consolidação do Mapa de Pessoal
para 2025 e do Anexo - Diagnóstico das necessidades/ Plano Anual de
Recrutamento;
Entretanto com o evoluir das necessidades de recursos, foi realizado novo
diagnóstico verificando-se a necessidade de criar mais dois postos de trabalho,
um de Técnico Superior, na área de Línguas e Literaturas Modernas, na Unidade
de Turismo e Eventos, em regime de contrato de trabalho por tempo
indeterminado para eventual consolidação de mobilidade interna intercarreiras e
um de Técnico superior, na área de Psicologia, na DECD – Secção de Educação,

Ensino e Ação social, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, fundamentada na necessidade de resposta no âmbito da saúde ----- A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021, veio prever, no seu artigo 24.º, a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional, nas áreas da recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, da higiene urbana, do saneamento e dos procedimentos de exumação, inumação, trasladação e abertura e aterro de sepulturas, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde. Para o efeito e reconhecimento do nível de risco associado, o empregador público deve identificar e justificar nos mapas de pessoal os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções nas condições referidas, ouvidos os representantes dos trabalhadores e mediante parecer do serviço de segurança, higiene e saúde no trabalho. ---------- O Decreto-Lei nº 93/2021 de 9 de novembro, procede à fixação de um suplemento remuneratório com o fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade. ----------- Neste sentido, foi elaborado parecer pelos Técnicos superiores do Município com formação na área de higiene e segurança no trabalho, datado de 16/02/2022. No referido parecer foram reconhecidos como reunindo os requisitos para atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade e desempenhando funções enquadradas no art.º 2º do Decreto-Lei nº 93/2021 de 9 de novembro, os assistentes operacionais que ocupam postos de trabalho inerentes às atividades de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes,

hisiana urbana canaamanta procedimentas de increações comunicações
higiene urbana, saneamento, procedimentos de inumações, exumações,
transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de
canis e recolha de cadáveres animais, bem como de asfaltamento de rodovias.
À data, foram ouvidas as associações sindicais SINTAP; STAL e STFP
Em reunião de Câmara de 20/04/2022, foi aprovada a atribuição de
suplemento de penosidade e insalubridade e adequação do mapa de pessoal,
no sentido de reconhecer as funções que se considera preencherem os
requisitos de penosidade e/ou insalubridade, bem como o respetivo nível, com
vista à atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos
trabalhadores ocupantes desses postos de trabalho, submetida e aprovada na
sessão da Assembleia Municipal de 28/04/2022
Decorrido este hiato de tempo e havendo necessidade de alargar o universo
de trabalhadores, da carreira de Assistente Operacional, cujas funções são
reconhecidas com nível de risco associado
Impõe-se, assim, proceder a uma adequação do mapa de pessoal, no
sentido de reconhecer as funções que se considera preencherem os requisitos
de penosidade e/ou insalubridade, bem como o respetivo nível, com vista à
atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores
ocupantes desses postos de trabalho, que constitui a primeira alteração ao Mapa
de Pessoal do Município de Mira para 2025
A presente proposta está financeiramente sustentada
As áreas onde comprovadamente existe sobrecarga funcional que potencie
o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial
agravado de degradação do estado de saúde dos trabalhadores abrangidas pelo
suplemento mantêm-se, a saber:

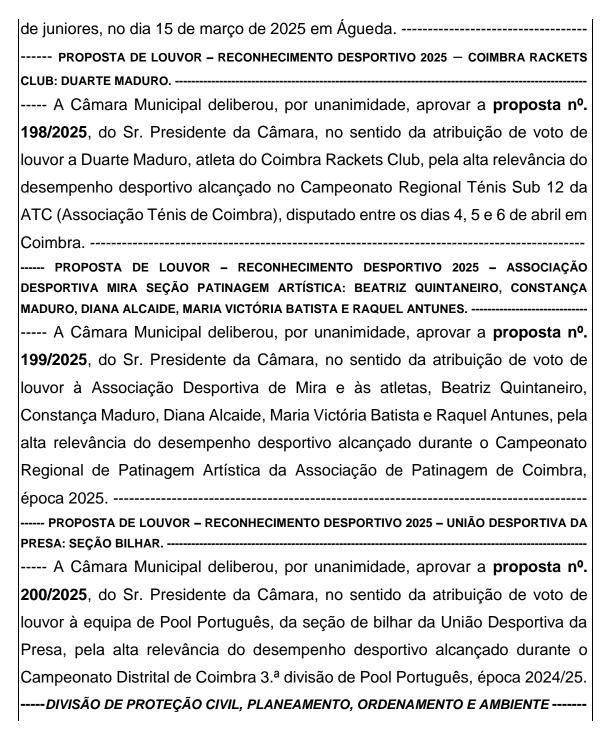
Recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes; Higiene
Urbana, saneamento, procedimentos de inumações, exumações, transladações,
cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e recolha
de cadáveres de animais, bem como asfaltamento;
Face à falta de meios e em situação de férias e doença, havendo
necessidade de execução de funções integradas nas áreas caracterizadas
poderá haver necessidade de outros trabalhadores exercerem funções nas
áreas elencadas, auferindo nessas situações o subsídio de penosidade"
PLANO DE GESTÃO RISCOS, DE CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICIPIO
MIRA - RALATÓRIO ANUAL
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº
187/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação do Relatório
de Execução Anual do Plano de Gestão Riscos, de Corrupção e de Infrações
Conexas do Municipio de Mira, referente ao ano de 2024, em cumprimento ao
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
•
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro
Decreto Lei nº 109 – E/2021 de 9 de dezembro

APRECIAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 DA ASSOCIAÇÃO DA I BEIRA ATLÂNTICO PARQUE (AIBAP)	
A Câmara Municipal tomou conhecimento da <i>proposta nº. 18</i>	
Presidente da Câmara, de acordo com a alínea ccc) do nº 1	
conjugado com as alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 7	_
de setembro na atual redação, contendo o relatório de contas	da "AIBAP -
Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque", relativo a	o exercício do
ano de 2024, documento que se encontra anexo à presente ata	
fazer parte integrante	
TRANSFERÊNCIAS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO D	E COIMBRA (CIM-
RC)	
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a proposta	nº. 190/2025 ,
do Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea o) do nº 1 do a	artigo 33º e do
nº1 do artigo 105º do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de seter	mbro na atual
redação, no sentido da aprovação das seguintes transferências:	
PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER-	
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER- 000061	VALOR 4.227,82€
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER- 000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER- 000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de	VALOR 4.227,82€
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER- 000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER- 000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€ 22.958,91€
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER- 000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€ 22.958,91€
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER-000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€ 22.958,91€
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER- 000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€ 22.958,91€ QUALIFICAÇÕES MATERIAL NO
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER-000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€ 22.958,91€ QUALIFICAÇÕES MATERIAL NO
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER-000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€ 22.958,91€ QUALIFICAÇÕES D MATERIAL NO APROVAÇÃO DE
PROJETO/ATIVIDADE Promoção Integrada dos Produtos Turísticos — CENTRO-07-2114-FEDER-000061 Encarregado de Proteção de Dados - DPO Conceção do Modelo de Gestão Centralizado das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	VALOR 4.227,82€ 1.063,34€ 22.958,91€ QUALIFICAÇÕES D MATERIAL NO APROVAÇÃO DE proposta nº.

Protocolo para Execução do Programa Temático Demografia, Qualificações e
Inclusão - Pessoas 2023 - Programa de Combate à Privação Material no
Território composto pelos concelhos de Cantanhede e Mira, conforme
documento em anexo, considerando o apoio anual para o Município de Mira o
valor de 6.947,36€ (seis mil e novecentos e quarenta e sete euros e trinta e seis
cêntimos), durante a vigência do mesmo, ao abrigo das disposições previstas na
alínea r) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, na
atual redação, com vista à execução do programa de distribuição de géneros
alimentares nos concelhos de Cantanhede e Mira
A referida minuta encontra-se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte
integrante
XVII CONCURSO LITERÁRIO JOVEM DESTINADO AOS ALUNOS DOS, 1.º, 2.º E 3.º CICLOS DO
LENGING DACICO E CECUNDADIO DO CONCELHO DE MIDA - ADDOVAÇÃO DE MINITA DE
ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO DO CONCELHO DE MIRA - APROVAÇÃO DE MINUTA DE
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA
PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 192/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de emitir, nos termos do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Publicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, conjugado com o artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03 de setembro na sua atual redação, autorização genérica e parecer prévio favorável e vinculativo, relativamente à contratação de serviço de Tarefa, conforme acima descrito, pelo valor de 1.934,94€ (mil novecentos e trinta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos), valor isento de IVA, pelo prazo estimado de 5 meses

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
193/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da celebração de Contrato
Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Associação Cicloturista do
Cabeço de Mira, com vista ao apoio às despesas inerentes à realização do 10º
Tunning & Drift Festival by ACCM, ao abrigo das disposições previstas na alínea
f) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da
Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual
A minuta do referido contrato-programa encontra-se anexa à presente ata e
dela fica a fazer parte integrante
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO MIRA MOTOR CLASSIC – ASSOCIAÇÃO DE VEÍCULOS CLÁSSICOS DE PORTOMAR, PARA APOIO AO MIRA MOTOR CLASSIC E MIRA KARTING EXPERIENCE 2025
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº.
194/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da celebração de Contrato
Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Associação Mira Motor Classic
– Associação de Veículos Clássicos de Portomar, com vista ao apoio nas
despesas inerentes ao Mira Motor Classic e Mira Karting Experience 2025, ao
abrigo das disposições previstas na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas o)
e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na
redação atual
A minuta do referido contrato-programa encontra-se anexa à presente ata e
dela fica a fazer parte integrante
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DA PRAIA DE MIRA – SECÇÃO DE VETERANOS DE FUTEBOL 11, PARA APOIO À RECEÇÃO À EQUIPA DE VETERANOS MADEIRENSE "UNIÃO DESPORTIVA DA
CAMACHA"

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº.
195/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da celebração de Contrato
Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Centro Cultural e Recreativo
da Praia de Mira – Secção de Veteranos de Futebol 11, com vista ao apoio das
despesas inerentes à receção da equipa de veteranos madeirense "União
Desportiva da Camacha", ao abrigo das disposições previstas na alínea f) do n.º
2 do artigo 23.º e alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º
75/2013 de 12 de setembro, na redação atual
A minuta do referido contrato-programa encontra-se anexa à presente ata e
dela fica a fazer parte integrante
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE MIRA (ADM), PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO IV OPEN NACIONAL DE PATINAGEM ARTÍSTICA
DE PATINAGEM ARTÍSTICA
DE PATINAGEM ARTÍSTICA. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> . 196/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Associação Desportiva de Mira, com vista ao apoio às despesas inerentes à realização do IV Open Nacional de Patinagem Artística, ao abrigo das disposições previstas na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. PROPOSTA DE LOUVOR – RECONHECIMENTO DESPORTIVO 2025 – ACADEMIA CANTANHEDE GYM: BRUNA MARQUES. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 197/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de voto de



MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E A ASSOCIAÇÃO LAGONENSE FUTEBOL CLUBE PARA LIMPEZA DO SISTEMA HÍDRICO DE MIRA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº.
201/2025, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da de acordo com o disposto
no n.º 1 e 2 do art.º 23º e as alíneas t) do artigo 33º ambos da Lei nº 75/2013, de
12 de setembro, na atual redação, no sentido de aprovar a minuta do protocolo
que estabelece uma parceria de cooperação entre o município de Mira e a
associação Lagonense Futebol Clube, para a manutenção e preservação do
meio ambiente no plano de água dos recursos hídricos da Lagoa e manutenção
da sua envolvente
A referida minuta de protocolo encontra se anexo à presente ata e dela fica
a fazer parte integrante
UNIDADE DE GESTÃO URBANISTICA
PARA VOTAÇÃO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO
DE PAGAMENTO DE TAXAS EM PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE
EDIFÍCIO DESTINADO A SERVIÇOS - TMU E EMISSÃO DE RECIBO DE TÍTULO - PROC. N.º 01/2020/710
01/2020/710
o1/2020/710A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº.
o1/2020/710A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 202/2025 , do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da sobre a
o1/2020/710
 01/2020/710
o1/2020/710
o1/2020/710
o1/2020/710

E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada
encerrada a reunião, sendo 9:30h, tendo sido aprovada, por unanimidade, a
minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do
artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Ana Teresa O. Vieira, na
qualidade de secretária, redigi
(Presidente: Artur Jorge Ribeiro Fresco, Prof.)
(Secretária: Ana Teresa Oliveira Vieira)